

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

----- **ATA NÚMERO QUINZE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três reuniu, nas instalações da Sociedade Boa União, sitas no Beco das Cruzes, número nove, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, Lourenço Paour Miguel Costa, Zulmira Guterres dos Santos, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira e José Fernando de Almeida Louro. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro. -

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Rodrigo Filipe da Silva Santos Machado. -----

----- **Independente (IND):** Jorge Manuel Madrugo Garcia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, que justificou a sua ausência e foi substituída por José Louro. -----

----- Catarina Bendito de Medeiros, que justificou a sua ausência e foi substituída por Rodrigo Machado -----

----- Às dezoito horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que havia um erro que não quisera corrigir no edital com a ordem de trabalhos e relacionado com o ponto 3, porque a ata nº 12 já tinha sido aprovada na pretérita sessão de junho e, portanto, no ponto 3 tinham apenas para avaliar e aprovar as atas 13 e 14. -----

----- **Ponto 1 – Período para intervenção e esclarecimento ao público:** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que caso existissem condições do Executivo da Junta de Freguesia proceder à explicação ela seria dada de imediato, caso não existisse essa condição seria enviado para a morada registada a resposta do Executivo. -----

----- Pediu que reservassem na agenda o dia anterior ao décimo aniversário da instalação da Freguesia. Dez anos atrás, no dia 26 de outubro, a Freguesia tomou posse pela primeira vez na sequência da reforma administrativa da cidade. Houve um pedido realizado, que lhe parecia absolutamente essencial, para comemorarem tudo aquilo que identificassem como correto ou que necessitasse de aprimoramento. Estava prevista uma sessão solene de comemoração do décimo aniversário da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior no dia 25 de outubro no Palácio da Independência com início às 17:30. -----

----- A abertura, de acordo com aquilo que foi trabalhado entre a Assembleia e o Executivo da Junta, seria realizada por si, dando as boas-vindas a todos e fazendo uma

pequena intervenção. Depois haveria um pequeno momento cultural prestado pela Orquestra Juvenil de Santa Maria Maior.-----

----- Seria feito o convite, embora ficasse já identificado, para intervenção a todas as forças políticas presentes, inclusive dos eleitos independentes que faziam parte da Assembleia de Freguesia, querendo usar da palavra por um período não superior a três minutos. Dentro da organização mental que tinha seriam os independentes, o BE, o PEV, PCP, PSD e encerrava com o PS por força da organização e da distribuição de mandatos da Assembleia de Freguesia. Depois iria convidar o Executivo da Junta de Freguesia, através do Senhor Presidente ou quem ele identificasse, para proceder ao encerramento da sessão solene. -----

----- Pedia já que reservassem essa data, 25 de outubro às 27:30, no Palácio da Independência.-----

----- **Freguês Frederico Guerreiro** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Sou freguês de Santa Maria Maior há muitos anos e venho mais uma vez a esta Assembleia alertar o respetivo Executivo, já que está surdo e mudo para a população, dos graves problemas que esta Freguesia tem.-----*

----- *Começo pelo valor e a importância da bandeira oficial da Freguesia de Santa Maria Maior. Penso que o Executivo e os restantes Membros dos vários partidos com assento na mesma não sabem o valor do que é uma bandeira oficial de uma Junta de Freguesia. Concretamente Rua dos Corvos, com início no número 3, estão dois mastros com duas bandeiras completamente esfarrapadas. Estão no estado em que este Executivo político de Junta está há dez anos, está completamente esfarrapado e eu quero ter orgulho nesta Freguesia onde nasci e vivo há muitos anos.-----*

----- *Trago aqui o comprovativo oficial, Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que foi dirigido ao gabinete de Sua Excelência o Senhor Presidente de Junta, Senhor Artur Miguel Coelho, no passado dia 31 de maio do corrente ano. Está aqui o comprovativo, quem quiser consultar este documento que tenho nas minhas mãos, é público não só para a população como para todos os eleitos dos vários partidos que queiram consultar.-----*

----- *Vou repetir, este documento oficial da nossa Junta de Freguesia de Santa Maria Maior que queiram consultar, é público, basta darem-se ao trabalho de quererem.-----*

----- *Do problema da falta de honra em relação à bandeira da Freguesia de Santa Maria Maior passo para o grave problema da higiene urbana. Nós continuamos a ter uma Freguesia sem planeamento de higiene urbana. Não é só Alfama, porque Alfama não é Santa Maria Maior, Alfama é um dos vários bairros que fazem parte do bloco da nova Freguesia de Santa Maria Maior que nasceu com a reforma administrativa do ano 2013.-----*

----- *Quem percorre o Bairro de Alfama vê o estado vergonhoso em que está a higiene urbana. As ruas, os becos, as travessas cheiram mal, não há higiene urbana, mas não é só em Alfama. Quem quiser-me acompanhar, estão todos convidados a irmos hoje ao Beco do Surra, a poucos metros do local onde estamos a trabalhar nesta Assembleia de Freguesia e vão ver o estado vergonhoso em que está o Beco do Surra.-----*

----- *Deixando agora Alfama, porque Santa Maria Maior é muito mais do que um bairro, é um conjunto de vários bairros, é todo o centro histórico, vamos já para a Calçada Agostinho de Carvalho, dois becos que há dez anos não têm varredura, qua a varredura é muito importante para a nossa qualidade de vida. Quem trabalha e quem cá mora tem que passar pelas ruas para se poder dirigir ao local de trabalho ou para a sua habitação. Não há varredura nestes dois becos e eu faço várias comunicações porque tudo é canalizado, todas as comunicações, sejam elas escritas ou não, são todas*

*encaminhadas e concentradas no gabinete do Senhor Presidente e depois passam-se meses, passam-se anos em que não há resposta à população. -----*

*----- Para concluir e para não ultrapassar os meus minutos como freguês, que me concede o Senhor Presidente desta Assembleia, desejo alertar par um problema que já se arrasta também há muitos anos, que é a descentralização desta Assembleia. Porque é que ela se realiza sempre no mesmo bairro? Porque é que ela não percorre os outros bairros que fazem parte de Santa Maria Maior? Mais, pessoas que são fregueses como todos os que estão aqui, com mobilidade reduzida, como é que podem participar nestas Assembleias?-----*

*----- Façam só um minuto de reflexão nas vossas mentes e vejam, do Beco das Cruzes salta para este beco, onde é que está o acesso da mobilidade para fregueses com mobilidade reduzida? Nós temos que ter uma política para as pessoas, não é uma política de interesses só para alguns, mas para as pessoas, para a população, sejam elas de mobilidade reduzida ou não, independentemente de serem nacionais ou não serem nacionais. São pessoas e temos que começar realmente a tratar dos problemas que esta Freguesia tem, porque não vamos lá com festas e com palmas, com abraços e com beijinhos. -----*

*----- Eu espero que esta ata não sofra cortes, porque quando ela estiver disponível ao público eu vou consultá-la. Digo que não haja cortes porque nesta Freguesia já há censura, todos aqueles que não fazem parte da corrente dominante são marginalizados como eu, mas eu não tenho medo, nunca tive e não é agora que vou ter. -----*

*----- Para concluir, dez anos de Santa Maria Maior, dez anos em que esta Freguesia podia estar muito à frente a todos os níveis, mas é com tristeza que eu digo que está tudo por fazer em Santa Maria Maior e eu faço votos para que haja uma mudança, mas uma mudança para um rumo que possa transformar Santa Maria Maior numa Freguesia em que todos tenham orgulho, começando por mim. Eu quero ter orgulho em Santa Maria Maior. -----*

*----- Muito obrigado e a continuação de uma boa festa.” -----*

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tentariam encontrar outros espaços. Estava nesse mandato aprovado por unanimidade na Assembleia de Freguesia uma inovação que eventualmente podia ser mais divulgada, mas que fosse para todos os que tinham condições de estar ali presencialmente ou para os que pudessem acompanhar através das novas tecnologias, a Assembleia de Freguesia também estava a passar no canal adequado do Facebook. -----*

*----- Todos os reparos que o freguês fazia, acreditava no seu caso pessoal que eram um incentivo para fazer melhor e agradecia as suas palavras. -----*

*----- **Freguês Eduardo Street** fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Sou freguês há mais de trinta anos aqui no Bairro de Santo Estevão, Alfama, e vou fazer só um apelo muito rápido para três situações que estão neste momento visíveis ou invisíveis e a primeira com esta situação agora das obras do coletor de águas, toda a área desde o Largo do Museu da Marinha e Rua do Jardim do Tabaco até ao número 74 está completamente às escuras à noite, obviamente. -----*

*----- Só alguma luminosidade dos comerciantes é que chega à rua, porque toda a outra parte é universidade, ou a GNR, ou os serviços sociais e tudo isso está fechado à noite, a partir de tenra hora e a rua toda fica muitíssimo perigosa, para além de que há uma passagem de peões nova para quem atravessa da Natário Aboim Ascensão em direção a Santa Apolónia. Há aí uma passagem nova que apanha quem vem na marginal com a velocidade habitual e essa passagem está praticamente às escuras. -----*

*----- Sei que isto não tem absolutamente nada que ver com o Executivo da Junta, mas é o Executivo da Junta que pode fazer pressão para que isto tenha um outro fim. Eu já*

reclamei junto da Câmara, a Câmara não tem a sensibilidade e a proximidade para entender do que é que estamos a falar. -----

----- A segunda questão que queria trazer prende-se com os lixos. Permita-me que eu discorde de si, quando eu cheguei a Alfama nós não conseguíamos andar na rua, isto era uma imundície e neste momento temos uma Alfama limpa e em condições. Para muito contribuíram os polos de recolha de lixo que foram colocados. Simplesmente esses polos, eu tenho um à porta de casa, são utilizados de forma indecorosa por quem continua repetidamente a deixar garrafas, que não é suposto ficar nesse sítio, colchões, tapetes, mobiliário, todo o tipo de coisas. -----

----- Também aqui tenho noção e vou um bocadinho na contramão em relação ao freguês que me antecedeu. Tenho que deixar os parabéns à Junta porque vejo diariamente carrinhas da Junta de Freguesia a recolher lixo da rua, a recolher monos e lixo comum, a tentar manter tudo o mais limpo possível, mas realmente é preciso fazer-se mais alguma coisa, talvez uma sensibilização junto dos comerciantes para que não sejam colocadas por exemplo garrafas nos pontos de recolha e para que sejam entregues nos grandes pontos de recolha centralizados lá em baixo na continuação do Jardim do Tabaco. -----

----- Por último deixar também aqui um apelo da vossa força junto da EMEL, de novo, para que sejam verificadas as viaturas que estão estacionadas nas zonas exclusivas a residentes. Tem que ser feito um controlo efetivo do que se está a passar de novo, porque como foram reduzidos fortemente muitos lugares aqui na zona para nós, residentes, é impossível estacionar e os carros que estão estacionados pertencem a pessoas que não são daqui. Os carros não são daqui e abusivamente ficam gozando da impunidade de se saber que a EMEL à partida à noite não vai fazer nenhum tipo de controlo. -----

----- Apelo, portanto, ao Executivo que em nosso nome e com o peso que tem faça a força para que tendo em conta o que tem vindo a fazer na melhoria das condições de todo o bairro, consiga que estes três problemas sejam resolvidos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Freguês José Simbron** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sou freguês de Santa Maria Maior há dezassete anos e moro na Rua Cais de Santarém, no número 10, 4º direito e gostava de dar um contributo para a preservação da memória da Freguesia de Santa Maria Maior na área cultural, mais do património imaterial. -----

----- Chamava à atenção para o grande poeta do século passado, primeira metade essencialmente, António Botto, veio para cá muito jovem e os pais moravam na Rua da Adiça e sabe-se o número. Eu já o vi há tempos, ontem e hoje fui à procura nos meus dossiers e não consegui encontrar, mas poderei depois dizer qual era o número da casa dos pais. Eu penso que não custava nada e era muito interessante colocar-se uma placa, chamando a atenção para esse facto. -----

----- Já agora, se me permitem, gostava de sugerir quatro versos de um poema dele, do livro “Baionetas da Morte”, que eu acho fantástico e uma ajuda importantíssima para professores, principalmente de crianças e adolescentes: -----

----- “O homem não nasce livre, torna-se livre, é diferente não partir da liberdade, mas caminhar para ela.” -----

----- Estamos a caminho do 25 de Abril, do cinquentenário da revolução, da liberdade. A liberdade é uma coisa muito complexa e temos que ter muito cuidado na forma como ensinamos aos jovens o que é a liberdade. -----

----- Depois penso que outra coisa que se podia fazer em Lisboa, que tem a ver com o fado, colocar em várias zonas de Alfama em suporte a estudar alguns dos mais

*importantes poemas para fado. Depois dou aqui um exemplo, mas eu queria começar por dizer que em relação ao fado tenho uma admiração enorme pelo trabalho que o Museu do Fado tem feito. É fantástico a quantidade de encontros lá e no auditório, tem oficinas para jovens, para escolas. Editaram dois cd com dois livros, “O fado para jovens”, se calhar todos conhecem ou já ouviram falar. Eu só no ano passado é que tive conhecimento desse trabalho, comprei os cd e os livros. -----*

*----- Acho que era interessante passear nas ruas não só de Alfama, mas de Santa Maria Maior. A carga nos poemas era mais Alfama, que aparecia mais. Eu conhecia há dezenas de anos vários poemas do David Mourão Ferreira que depois foram adaptados para o fado. A Amália cantava muito David Mourão Ferreira. -----*

*----- Há poucos anos é que tive conhecimento deste poema, já está musicado, eu não conheço, mas este poema “Escada sem corrimão” foi o que eu escolhi, tem algo de extraordinário e muito atual. Penso que a nossa vida desenrola-se numa escada sem corrimão. Claro que há sempre a tendência, já tenho alguns anitos de vida e ouvia os meus avós, os meus pais, agora eu aos meus filhos. Embora eu tente passar uma boa mensagem de otimismo a situação atual não só no mundo, mas no país, na cidade. Eu penso que a Cidade de Lisboa vai ter dentro de muito pouco tempo gravíssimos problemas com os jovens que querem estudar e que pagam. Hoje estive a falar com seis jovens que estavam no jardim da Ribeira das Naus, o pessimismo deles em relação a Lisboa, querem um quarto e têm que pagar 650 euros, o ordenado mínimo são 750 se não estou em erro. Não acreditavam em nada. -----*

*----- Isto foi ao pé do monumento dedicado a Maria José Nogueira Pinto, que está no fim da zona ajardinada da Ribeira das Naus, uma casa com duas paredes que não está completamente construída e que tem um pensamento dela que é mais ou menos isto: foi em casa que eu aprendi o amor pela política e pelo bem da cidade. Qualquer coisa assim. A importância da casa para a formação dos jovens. -----*

*----- Se não conheciam esse monumento, por favor num fim-de-semana arranjem um bocadinho para ir lá, porque há anos que aquilo é uma estrumeira, instalações sanitárias sem papel e sem água. -----*

*----- Eu dizia àqueles jovens que estavam ali: “o que é que vocês pensam disto?” Desculpem a palavra que eu vou utilizar, mas foi a palavra que eles usaram: “o que é que nós nos preocupamos com a merda que está lá? A cidade toda e o país é uma merda.” Eram jovens de vinte anos. -----*

*----- Eu não percebo como é que a Câmara admite, até a família, se fosse uma senhora da minha família eu ia lá e não sei se não partia aquilo tudo. -----*

*----- Depois este pensamento aqui do José Régio que eu vou só ler a parte que está em negrito. A personagem principal, que é o Lelito, é um jovem. O Lelito é ele, o José Régio, e tinha uma casa que gostava imenso em Vila do Conde, que hoje em dia é Casa-Museu muito interessante. Ele diz que a casa do Lelito tinha personalidade, uma coisa que agora as nossas casas de Alfama não têm, estão quase todas ou uma percentagem enorme em alojamento local e uma casa para ter alma tem que ter uma família que vive lá, o ideal é ficar para filhos, por aí fora. Portanto, a casa pode adquirir personalidade, ter alma. Ele chegava a dizer que a casa dele, a casa do Lelito, tinha alma e nervos. -----*

*----- Como não só a personalidade da casa era insubmissa às coisas e pessoas que a povoavam, mas antes acabava por pousar sob os seus gestos, palavras, atitudes, sentimentos. Portanto, uma casa pode influenciar muito o comportamento e o sentimento de quem lá mora. -----*

*----- Terminava aqui com o ponto quatro, uma coisa que agora me preocupa muito e aqui aos meus vizinhos da Cais de Santarém e que são os ruídos, o barulho. No outro*

*dia foi um casamento na Docca da Marinha até às quatro da manhã, mas isso está a acontecer constantemente e depois são também as festas nos cruzeiros, também até tarde, com música altíssima e que incomoda certamente todas as pessoas, principalmente quem vive junto ao Cais de Santarém e à Infante Dom. Henrique. -----*

*----- Eu propunha à Câmara e evidentemente também à Junta, que faz parte da Câmara, estamos todos no mesmo barco... no próximo mês vou à Assembleia Municipal e vou apresentar também esta proposta, que é de Lisboa deve estabelecer um limite anual de eventos noturnos por Freguesia. Pode ser aqui, pode ser no Campo Pequeno. Ainda ontem me disseram que também este verão no Campo Pequeno os fregueses de lá se queixavam do barulho.-----*

*----- Nós já temos os Santos Populares, ainda bem, sou um grande fã dos Santos Populares, mas ocupa um mês inteiro e muitas casas ali têm o cheiro da sardinha, o perigo de incêndios. Os Santos Populares um mês, depois as festas nos navios de cruzeiro, que são muitas dezenas anualmente. -----*

*----- Se calhar falei muitos minutos, peço desculpa.” -----*

*----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que o Professor não falou muitos minutos, falou com a eloquência do costume. Tinha um enorme respeito pelo seu pensamento e acreditava sinceramente que a Junta de Freguesia era de diálogo e de afeto, deixara que continuasse não só para complementar o que tinha entregue, mas acima de tudo para fazer essa expressão. -----*

*----- Freguesa Cláudia Felício fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Moro na Rua Cais de Santarém número 10, mas estou aqui em representação de um grupo de moradores do prédio, que tem entradas pelo número 10 da Cais de Santarém e pelo número 17 da Travessa de São João da Praça e sentimos necessidade de estar aqui hoje para alertar para um problema que se tem vindo a agudizar e que é o ruído excessivo e sucessivo, cujos sons graves entram pelas nossas casas e fazendo estremecer paredes, janelas duplas e portadas e já a provocar efeitos nocivos na saúde física e mental dos moradores, como angústia, stress intenso, alterações de sono e problemas de concentração, quer para o trabalho, quer para a vida escolar. -----*

*----- Isto porque desde há dois ou três anos para cá têm-se realizado múltiplos eventos com emissão de música ao ar livre através de potentes colunas e amplificadores, vindas maioritariamente da zona ribeirinha, em especial na Docca da Marinha e há imensas e várias fontes de ruído intenso, que vem de música gravada ou ao vivo emitida por colunas de som ao ar livre, festas after hour com DJs nas esplanadas da Docca da Marinha durante a semana e em especial ao fim-de-semana, domingo incluído. -----*

*----- Também concertos e festivais de música ao ar livre com instalações de palco e colunas de som potente e até recentemente, como o meu vizinho já referiu, um casamento com festa de boda até às quatro da manhã no espaço da Docca da Marinha que antes era verde, mas que hoje, por utilização intensiva para estes eventos, é apenas um terreiro de terra ou lama. -----*

*----- Também música ao vivo difundida dos decks dos navios de cruzeiro. Ainda música difundida pelos barcos fluviais que fazem passeios com animação a bordo, com chegada e partida na Docca da Marinha e também música amplificada até às quatro ou cinco da manhã durante mais do que o mês de junho, à sombra das festas dos Santos Populares, na Travessa de São João da Praça. -----*

*----- Estes múltiplos eventos têm-se realizado de forma ilegal ou autorizados, quer pela CML, quer pela Junta de Freguesia, como foram os concertos do santódromo e sempre que nos queixamos formalmente do nível de ruído muito para além dos limites estabelecidos pela Lei do Ruído empurram-nos de uma para outra entidade autárquica ou para a Polícia Municipal, que raramente atende o telefone por ter poucos agentes*

*alocados para a linha do ruído ou para a PSP, entidades policiais estas que também ficam de mãos atadas, ou porque foi emitida uma licença especial de ruído, ainda que de forma indevida, ou porque simplesmente não há medidores do nível de som disponíveis.*-----

*----- Assim continuam a realizar-se de há dois ou três anos para cá estes eventos ruidosos com ou sem licença, com ou sem parecer prévio, sem qualquer respeito por horários admissíveis, nem fiscalização quanto aos limites de ruído permitidos por Lei, mantendo-se o desprezo pelo interesse dos moradores em favorecimento de interesses económicos privados.*-----

*----- Urgia pois manifestar nesta Assembleia as nossas fundadas preocupações de se estar paulatinamente a transformar esta zona ribeirinha numa zona de animação e diversão diurna e noturna ao ar livre, o que trará para esta zona e seguramente logo em seguida para as zonas adjacentes, Baixa incluída, todos os imensos problemas ligados às zonas de diversão noturna, como os que estão presentemente a enfrentar os moradores da Freguesia da Misericórdia.*-----

*----- Urge dizer que na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e, se nos permitem, no nosso prédio também mora gente e urge instar a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior a não autorizar este tipo de eventos ruidosos e a eles se opor em representação dos interesses dos moradores da Freguesia junto do poder autárquico, a exercer dentro das suas competências a devida fiscalização da ocupação do espaço público, dos horários e dos níveis de ruído dos eventos licenciados, propondo-se desde já que a Junta de Freguesia adquira os seus próprios medidores de som, ou caso já o tenham, como fomos previamente informados antes de vir a esta reunião, então que sejam estabelecidos os necessários protocolos para validação de tais medições.*-----

*----- Urge ainda solicitar à Junta de Freguesia que se oponha ao facto de toda a zona ribeirinha oriental ser considerada pela CML uma zona de horário livre de funcionamento dos estabelecimentos aí instalados, dada a demasiada proximidade ao edificado habitacional do núcleo histórico de Alfama e da Colina do Castelo.*-----

*----- Sugere-se ainda a disponibilização aos fregueses de uma linha telefónica específica da própria Junta que funcione à noite e ao fim-de-semana, períodos críticos dos eventos, para apresentação de queixas de ruído e pedidos de fiscalização, por recurso nomeadamente aos tais medidores de som.*-----

*----- Por fim solicita-se que a Junta de Freguesia disponibilize não só o apoio jurídico que já está previsto, como ainda apoio judiciário aos moradores desta Freguesia para fazerem frente a este problema crescente, recorrendo se necessário aos tribunais.*-----

*----- Enfim, consideramos que urge agir já, sob pena de maior desertificação do centro histórico de Lisboa.*-----

*----- Obrigada.*-----  
*----- Se me permite, gostaria de entregar este documento na pessoa do Senhor Presidente.”*-----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que ficaria junto à própria ata e iria também pedir para se tirar cópia para depois entregar a todos os Membros da Assembleia através dos meios digitais, assim como para o Executivo da Junta de Freguesia.*-----

*----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para tantas e tão importantes questões temia que cinco minutos fossem muito pouco, tanto que queria autonomizar a questão colocada pelo cidadão José Simbron ao Ricardo Dias, que tinha o pelouro da cultura, para dar algumas explicações.*-----

*----- Agradecia todas as críticas, mesmo aquelas muito duras, em democracia era assim mesmo, as pessoas todas tinham direito a manifestar o seu descontentamento, mesmo*

que por vezes pudessem achar que elas eram injustas ou inverdadeiras, ou não corretas, mas até nem achava que não fossem. -----

----- A higiene urbana era algo que não o deixava dormir. Havia dias em que se sentia bem, outros em que não se sentia bem. Uma coisa podia dizer, tinham uma profunda admiração em geral pelos trabalhadores da Junta de Freguesia que estavam nessa área, os trabalhadores da higiene urbana e do espaço público. Não paravam nunca, a verdade era que foram dimensionados para cerca de 15 a 20 mil pessoas e a média diária de vistantes eram 300 mil pessoas. Portanto, havia momentos de rutura e de muita dificuldade, mas procurariam sempre fazer melhor e estar atentos em relação a tudo aquilo que dizia respeito.-----

----- Como disse o cidadão Eduardo Street, a questão da iluminação não era com a Junta, mas de facto tinham algum poder de pressionar. Às vezes correspondiam, outras vezes não. Não tinha essa informação e iriam chamar à atenção.-----

----- O mesmo se passava com a EMEL e o estacionamento. Vira-se obrigado a patrocinar e a convocar uma manifestação na Rua dos Remédios porque a EMEL fazia orelhas moucas e a Câmara também em relação ao gravíssimo problema com o qual estavam confrontados na Rua dos Remédios. Aliás, teria brevemente uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara para dar seguimento àquilo que aconteceu na Rua dos Remédios e para o sensibilizar para essa questão. -----

----- A Cláudia Felício tinha toda a razão. Talvez houvesse algum deficit de informação, mas tinha toda a razão. -----

----- Havia uma grande dificuldade, primeiro tinham um conflito permanente sobre jurisdição daquilo que se fazia do lado de lá da Infante Santo, porque estava sob a Administração do Porto de Lisboa. Por exemplo o casamento, tinha refilado imediatamente assim que soube que ia haver a boda de casamento e até tinha falado com o Senhor Vereador Diogo Moura que lhe respondeu que não tinha que ser a Junta a passar a licença especial de ruído, quando achava que tinham que ser por Lei quem podia passar unicamente as licenças especiais de ruído. -----

----- Havia uma interpretação jurídica na Câmara, errada porque a Lei era taxativa, que dizia que eles também podiam passar. Portanto, foi uma licença emitida pela Câmara, era de facto uma coisa estranhíssima ou caricata autorizar-se uma boda no espaço público. Tinha recebido muitos vídeos sobre aquilo que estava a acontecer, manifestara a sua indignação e também fazia parte da agenda de assuntos que queria tratar brevemente numa reunião que iria ter.-----

----- Já tinham os aparelhos de fiscalização, mas à noite, se não tivessem cobertura da polícia, os fiscais levavam uma carga de pancada. Levavam eles, levava a Engenheira Célia Mota que era incansável. Eram centenas, por vezes milhares de jovens, já alcoolizados, completamente intolerantes relativamente a qualquer intromissão por a sua festa estar a ir longe demais, por não poderem estar a beber na rua. Era muito difícil, mas tinham feito algumas intervenções com a Polícia Municipal, sempre com essa preocupação. -----

----- Uma coisa garantia, a Junta não emitia licenças para nada que ultrapassasse as 23 horas durante a semana e as 24 horas nas vésperas de sábados e domingos. O que acontecia era que algumas vezes eles não respeitavam...-----

----- (diálogos cruzados) -----

----- O Santo António era um período excecional, já existia antes e continuava a existir. O licenciamento do santódromo foi feito pela Administração do Porto de Lisboa, mas tinha dito que ia licenciar o ruído precisamente para controlar o ruído e garantia que a licença foi até às 23 e 24 horas, tirando a noite de Santo António. -----



----- Se a Junta não interferisse para tentar segurar esses eventos, então a situação seria de descabimento concreto.-----

----- Reconhecia que no mês dos Santos Populares havia uma situação exagerada. A Câmara não tinha vontade e no seu caso não tinha capacidade para controlar isso, nem a polícia. Já tinha chamado a polícia e a polícia dizia que não ia lá porque se fossem tinham que começar aos tiros... -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Disse que a senhora podia estar equivocada, dava-lhe esse direito, mas mentiroso não era e também não chamava mentirosa à senhora. Andava a fazer isso há muitos anos, tinha créditos nessa Junta e eleito três vezes, certamente porque tinha protegido a população e não por maltratar a população.-----

----- A Junta não estava sozinha, havia muita gente que interferia sobre a cidade, com uma legislação adversa que era o licenciamento zero, uma batalha que tinha há anos para acabar com o licenciamento zero. Havia grandes obstáculos e não estavam a agir sozinhos.-----

----- Autorizou-se o santódromo apesar de tudo porque precisavam aliviar a pressão sobre Alfama, porque Alfama na noite de Santo António era um barril de pólvora incontável e, portanto, era preciso desviar gente daquele sítio para outros locais. O santódromo era do lado de lá, negociou-se um palco ao contrário com eles, impuseram-se limites de som. -----

----- Registava a queixa agora em relação ao santódromo, apesar de ter tido registos na altura que eles estariam a cumprir com o horário estabelecido e encerrando à meia-noite.

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que com toda a franqueza era uma grande honra e um privilégio ter contributos do Professor José Simbron com essa valorização, porque eram muito importantes para fazer refletir. A questão do espaço, da identidade da casa, era uma coisa absolutamente extraordinária. Certamente não teriam tempo para estar a aprofundar esse ponto, mas queria estar disponível, caso o Senhor Professor considerasse isso válido, para que mais tarde pudessem falar noutra sede, na Junta, para debater algumas ideias.-----

----- Naquilo que se referia ao fado e a dedicação que tinha com o espaço público o Senhor Professor disse e bem que o trabalho feito pelo Museu do Fado era admirável e concordava, mas o trabalho feito pela Junta também era valorizável, tendo em conta a preocupação que tiveram ao longo dos últimos anos em ter uma ligação cultural com o património do fado, a sua valorização cultural e também aquilo que era a sua representação nos bairros, nomeadamente mais com Alfama e com a Mouraria. -----

----- O exemplo do David Mourão Ferreira era uma grande referência, aliás até era dos poucos poetas que se encontrava num núcleo entre o popular e o erudito e conseguiu preencher os dois campos, era de facto espantoso e punha a Junta numa posição tentadora para avançar para algo novo e para criar um projeto inovador também nessa matéria. -----

----- Era curioso ter levado para ali a referência ao António Botto, que viveu no número 22 da Rua da Adiça. Curioso porque era uma das personagens que estavam num curto espaço de tempo tentados a homenagear e que até fazia um triângulo perfeito porque na Freguesia tinham algumas personagens de grande relevo literário. Eça de Queiroz e Fernando Pessoa escusavam apresentações na zona do Chiado e da Baixa, José Saramago também, mas na artéria de Alfama e do Castelo e da antiga Freguesia de Santiago tinham por exemplo Alexandre O'Neill, por exemplo Ary dos Santos, Rómulo de Carvalho e tinham também três personagens que ficaram um pouco esquecidas e que tinham tentado fazer com que ressuscitassem para o memorial do público. O primeiro era o José Rodrigues Miguéis, que morou também na Rua do Paraíso, outro era o

António Botto e metros acima estavam a poucos dias de colocar algo parecido com o que era a propositura do Senhor Professor na casa do Armando Baptista Bastos, que era curiosamente trinta metros acima da casa do António Botto. -----

----- Tinham aí um triângulo ainda para preencher, ficava o compromisso que no próximo dia 26 de outubro iriam preencher um dos vértices e quiçá, era uma conversa que se propunha fazer com o Senhor Professor, avançar depois para a memória do António Botto. -----

----- Agradeceu o contributo, tinha ficado bastante alegre e contente porque esse tipo de contributo, ao contrário de outros, era benéfico não só para o Executivo da Junta, mas para todos enquanto vizinhos e integrantes dessa comunidade. -----

----- **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação* -----

----- *Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.*

----- *Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhares de famílias.* -----

----- *Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.* -----

----- *Estas medidas não estão no chamado pacote "mais habitação". Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.* -----

----- *Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assumpção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.* -----

----- *A Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 27 de Setembro de 2023, delibera:* -----

----- *Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;* -----

----- *Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;* -----

----- Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;-----

----- Apelar à participação da população nas acções convocadas para o próximo dia 30 de Setembro em defesa do direito à Habitação-----

----- Os Eleitos da CDU - Maria de Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte----- ”

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que o PSD leu essa moção, mas pensava que os considerandos tinham um lugar próprio. Enquanto Assembleia de Freguesia podiam sempre recomendar ao Executivo moções e recomendações dentro dessa escala, mas nesse caso estava a ser um trabalho desenvolvido e era bastante público, bastante divulgado, tanto pelos fundos europeus que o Governo conseguia capturar como pelo trabalho feito em conjunto com a Câmara Municipal. Eram as Juntas de Freguesia que colaboravam como podiam e a trocar informação.-----

----- Louvava-se a preocupação pelo direito à habitação, eram um partido social-democrata e repetiam a Constituição, estava tudo escrito no nome do partido. O estado social era importante, o direito à habitação era fundamental e estava a ser feito um trabalho. Houve uma queda de produção e esse trabalho estava a ser levado com toda a velocidade possível da física e da boa vontade, porque era impossível construir o que não se fez e era preciso tempo para os projetos, alterações de projetos, adaptação à realidade e depois construir fisicamente as coisas.-----

----- O resto da Europa, que era rica, continuava a produzir habitação. Portugal, que era pobre, deixou de produzir habitação pública destinada a uma classe que estava cada vez mais pobre e com menos acesso. -----

----- Nesse momento gostaria de louvar a intenção, mas não os considerandos. Não ia elogiar os programas da Câmara, isso tinha sido amplamente divulgado.-----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que subscrevia um pouco aquilo que a Eleita do PSD estava a acabar de dizer. Não punha em causa o âmbito da Assembleia de Freguesia pronunciar-se sobre esse tema, nem que fosse ao nível da recomendação. ----

----- Da sua parte havia uma discordância totalmente de fundo em relação à questão das rendas. O Governo tinha feito um esforço no sentido de criar medidas de apoio ao pagamento das rendas, a Câmara também tinha feito o seu esforço. No âmbito do PRR anunciavam-se algumas medidas, mas havia uma coisa que toda a gente parecia esquecer, que se o mercado de arrendamento não fosse rentável para quem investia no arrendamento ele deixaria de existir. Se não houvesse oferta seria o aumento da procura e os preços iam subir.-----

----- Essa era a lógica geral e enquanto continuassem a prosseguir com a mesma ideia, que reduzindo as rendas conseguiam levar mais investidores para o arrendamento, não iriam conseguir. -----

----- Por outro lado estava crente que as políticas públicas de habitação iriam avançar, tanto camarárias como governamentais, até porque havia fundos para isso e vontade política para isso.-----

----- Votaria contra essa recomendação. -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que via uma presença forte e muito agradável. Era sempre agradável nas Freguesias ter a presença a manifestar as preocupações, que eram também as suas em relação principalmente à higiene urbana, à segurança e ao ruído, mas sobre essa moção em concreto era uma preocupação da bancada do PS e do Governo tentar responder às exigências do mercado, tentar dar respostas à população e às pessoas em relação à habitação. -----

----- Não poderiam estar mais de acordo em relação ao crescimento das rendas indexadas à inflação, ainda que para isso pudessem constituir de menos agrado para os

senhorios, mas tinham que estar do lado da esquerda e dessas preocupações que eram também as do PS desde os primeiros momentos. -----

----- A Freguesia de Santa Maria Maior foi uma das primeiras e mais fustigadas com as questões da habitação e o Presidente da Junta tão bem soube defender e chamar à atenção para esse problema. -----

----- Era um problema de todos, que abraçaram e que o Governo tinha procurado encontrar as melhores respostas para as questões do arrendamento e encontrar novas soluções junto da Câmara e das responsabilidades que a Câmara tinha e que não podiam ser negadas em relação à habitação, mas também em relação às questões dos juros, da dívida, todo o crescimento que tinha tido a Euribor. O Primeiro-Ministro tinha de uma forma intensa e importante manifestar esse desagrado perante o Banco Central Europeu e essa gestão que não podiam deixar passar incógnita. -----

----- Lá estaria no próximo dia 30 nessa manifestação sobre a habitação e iria demonstrar todo o seu apoio nessa questão de todos. Não era uma questão de direita ou de esquerda, era uma questão dos lisboetas e que tanto impacto tinha na Freguesia, que infelizmente todos tinham sido vítimas na Freguesia sobre essa situação. -----

----- Agradecia ao Miguel Coelho o papel que tinha tido na denúncia desse problema.--

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que já não era a primeira vez que se ouvia ali dizer que determinados temas não eram da competência da Assembleia de Freguesia ou da Freguesia. Queria dizer que todos os assuntos, fossem eles quais fossem, a nível da habitação, da saúde, da educação, da cultura, tudo fazia parte porque nessa Freguesia viviam pessoas e as pessoas tinham direito à cultura, à saúde, à habitação. -----

----- O que se via era que as pessoas estavam a ser despejadas e não tinham dinheiro para continuar a viver na cidade, estando a ser pura e simplesmente afastadas. Um dia desses teriam uma cidade só para o turismo. -----

----- A Junta era um órgão, como a Assembleia era um órgão e a Junta com esse órgão podia transmitir à Câmara e ao Governo aquilo que ali era discutido, porque isso fazia parte dos problemas. Portanto, não estava nada de acordo com a preocupação da eleita do PSD e do Independente, como se vivessem numa coisinha de vidro e não se falava desses problemas. Não era assim, porque todos os dias lidavam com problemas de despejos e coisas dessas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Exigir do Governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP, PEV e BE) e 2 votos contra (PSD e IND.) -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** apresentou o seguinte documento:-----

#### ----- **Recomendação** -----

“----- *Pela disponibilização de alojamento a professores/as des-localados e colocados no concelho de Lisboa* -----

----- *Considerando que:* -----

----- 1. *O ano letivo teve início entre os dias 12 e 15 de setembro de 2023;* -----

----- 2. *O ano letivo iniciou-se com a falta de centenas de professores em Lisboa, principalmente nas disciplinas de Matemática, Português e Biologia;*-----

----- 3. *Por este motivo, as escolas já estão a recorrer a professores não profissionaliza-dos, sem, no entanto, conseguirem suprir todas as necessidades;*-----

----- 4. *O Ministério da Educação anunciou que no ano letivo de 2023/2024 os docentes teriam acesso a habitação a rendas acessíveis. Mas, apesar do anúncio, o protocolo entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.) e a Direção-*

*Geral da Administração Escolar (DGAE) apenas conseguiram disponibilizar 29 apartamentos em todo o país: 14 em Lisboa e 15 em Portimão; -----*

*----- 5. Lisboa é o concelho do país com o preço médio de arrendamento habitacional mais elevado do país;-----*

*----- 6. As baixas remunerações associadas aos preços das casas, sem a atribuição de qualquer complemento para o efeito, tornam impossível para estes/as profissionais aceitar as colocações e fazer face às despesas de deslocação; -----*

*----- 7. A existência de um número tão elevado de horários à espera de aceitação resulta em grave prejuízo para os alunos, que se veem privados do direito a uma educação de qualidade, consagrado na Constituição da República; -----*

*----- 8. É obrigação do Estado garantir educação gratuita de qualidade a todas as crianças até aos 18 anos ou 12º ano de escolaridade, promovendo a igualdade de oportu-nidades;-----*

*----- 9. A colocação de professores/as é da responsabilidade do Ministério da Educação. -----*

*----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em 27 de Setembro de 2023, delibera:-----*

*----- 1. Instar a CML a insistir com o Governo para disponibilizar alojamento a preço acessível (isto é, que não exceda os 30% do rendimento base) aos docentes do en-sino básico e secundário que residam fora da área metropolitana de Lisboa e sejam colocados em estabelecimentos da área do Município de Lisboa; -----*

*----- Lisboa, 25 de setembro de 2023.-----*

*----- Pelas eleitas/os pelo Bloco de Esquerda.-----”*

*----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que a Câmara Municipal, entre outros programas, tinha anunciado que qualquer casa se podia transformar numa casa de renda acessível. O antigo regulamento que a Câmara tinha exigia que quem fosse proprietário noutro distrito não tinha acesso a candidatar-se ao subsídio municipal de apoio à renda acessível, se tivesse que alugar em Lisboa não se podia candidatar ao apoio municipal à renda porque era proprietário em Viseu ou em Coimbra. -----*

*----- Uma das regras que se alterou em reunião de Câmara, com o apoio da oposição, foi que se conseguisse retirar ao regulamento camarário para ser possível aos profissionais deslocados em Lisboa, como professores, enfermeiros, polícias. A cidade não podia ficar com esse problema, das pessoas não poderem ir trabalhar só porque eram profissionais deslocados, fundamentais para vida de todos. -----*

*----- Era isso que sentia dever acrescentar, que esse regulamento na Câmara já foi expurgado, para usar um termo que a Vereadora até usou, expurgar os regulamentos de complicações e de regras que por vezes desajudavam mais do que aquilo que ajudavam. Portanto, quem morasse fora da Área Metropolitana de Lisboa e fosse proprietário podia candidatar-se ao subsídio municipal de apoio à renda. Isso foi muito dedicado a essas classes profissionais. Claro que não era uma solução total, mas já era uma ajuda bastante significativa.-----*

*----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que a questão da habitação dos professores era uma prioridade também para o PS e era também responsabilidade da Câmara, que estava focada na educação e no acompanhamento dos cidadãos lisboetas e não se podia descuidar da habitação dos professores que eram deslocados para Lisboa.-----*

*----- Perguntou ao BE se concordava em retirar “insistir com o Governo para disponibilizar o alojamento a preço acessível”, até porque essa mais que tudo era uma responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, era uma responsabilidade que a Câmara tinha para com a habitação dos jovens em todas as classes e no seu apoio à educação pública. -----*

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que a Câmara Municipal tinha uma responsabilidade e teria toda a liberdade de atuar sobre o tema, mas a proposta dizia Governo de forma propositada porque realmente houve um acordo no Ministério da Educação com o IHRU, era uma questão do Estado Central, só que esse acordo não estava a ser cumprido. Os professores não tinham ainda acesso a essas casas a preços acessíveis e era para a Câmara Municipal insitir com o Ministério da Educação e com o Governo Central no sentido de fazer cumprir um acordo que fez.-----

----- Era por isso que não estava a Câmara Municipal e estava o Governo. A Câmara Municipal tinha toda a liberdade e devia até trabalhar sobre o tema. Sabia-se que apenas o Estado Central iria ter algumas dificuldades em resolver, principalmente com o excedente muito grande de pessoas deslocadas, que ia sendo crescente. Se trabalhassem todos no mesmo sentido seria muito melhor, mas essa proposta em específico era sobre o Estado Central e o Ministério da Educação e por isso não iria alterar a proposta. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que tinha uma dúvida em relação ao primeiro considerando, saber a razão de serem principalmente essas disciplinas, se havia algum dado em que se estivessem a basear. Podia haver uma estatística qualquer e que não estivesse ali a revelar. Por que não história? Por que não inglês? Não conseguia chegar lá. -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que os professores eram quem tinha mais dificuldade, pelo menos na área de Lisboa, não sabia se no resto do País seria assim. Acabava por ser preciso um número muito grande desses professores, que não havia disponíveis para preencher as vagas nas escolas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Pela disponibilização de alojamento a professores deslocados e colocados no Concelho de Lisboa”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 8 votos contra (PS), 4 votos a favor (PCP, PEV, BE e IND) e 1 abstenção (PSD) -----

#### ----- **Recomendação** -----

“----- *Recomendação pelo reforço do apoio aos Estudantes Desloca-dos de Lisboa e ao Alojamento Estudantil*-----

----- *Considerando que:* -----

----- 1. *De acordo com os dados do Observatório do Alojamento Estudantil, citados pelo jornal Público, o preço médio de um quarto para estudantes universitários na região de Lisboa atinge, em média, os 450 euros, podendo chegar a valores exorbitantes de até 600 euros, ou até mesmo 1000 euros.* -----

----- 2. *É alarmante saber que, em Lisboa, cerca de 40% dos estudantes universitários estão deslocados, enquanto a disponibilidade de camas para alojamento estu-dantil abrange apenas 15% desse número. Esta realidade torna o custo do alo-jamento estudantil o maior obstáculo para a entrada e, sobretudo, a permanên-cia no Ensino Superior.*-----

----- 3. *O Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), lançado pelo governo em 2018 com o objetivo de duplicar a oferta de camas em residências públicas, ainda não conseguiu atingir esse objetivo. A inauguração da primeira residência requalificada em janeiro de 2023, na Covilhã, contou apenas com 47 vagas, quando este ano a oferta de quartos disponíveis para arrendamento a es-tudantes caiu 14% e os preços aumentaram 10,5%.*-----

----- 4. *É de mencionar que, em Lisboa, o Presidente optou por não avançar com a Pro-posta 770-A/2022, aprovada em 30 de novembro de 2022, que visava a criação de um Programa Municipal de Apoio a Estudantes Universitários Deslocados:* -----

----- *"Viva a República!" Este programa destinava-se a apoiar associações de estudantes para fins habitacionais, concedendo um apoio calculado por pessoa na habitação que pertencesse à associação de estudantes para fins habitacionais, também conhecida como República Estudantil. Além disso, estabelecia critérios rigorosos para a elegibilidade, incluindo a inscrição de todos os estudantes em Instituições de Ensino Superior no município de Lisboa e a comprovação de um contrato de arrendamento numa habitação no município de Lisboa. O município também se comprometia a apoiar a caução solicitada pelos proprietários de habitações, com a garantia de reembolso no final do contrato de arrendamento.* -----

----- 5. *A isso se somam os entraves e processos demorados que Câmara Municipal de Lisboa impôs ao processo de licenciamento da residência estudantil projetada para a Av. 5 de Outubro, que contrastam com as facilidades que são dadas aos promotores privados, nomeadamente os do turismo.*-----

----- 6. *Face a este cenário, é necessário reforçar a oferta de alojamento estudantil para que a habitação não seja o maior obstáculo de quem frequenta o Ensino Superior.*

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em 27 de Setembro de 2023, delibera:*-----

----- 1 - *Que a Junta de Freguesia proceda no imediato ao levantamento das necessidades de alojamento de estudantes na freguesia;* -----

----- 2 - *Inste a CML a garantir o suprimento destas necessidades já no próximo ano letivo;* -----

----- *Lisboa, 25 de setembro de 2023.*-----

----- *Pelas eleitas/os pelo Bloco de Esquerda.*-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que olhando para o que ali estava e antevendo já alguma da sua curiosidade, perguntava por que razão solicitavam que fosse a Freguesia a proceder ao levantamento das necessidades de alojamento de estudantes na Freguesia. Seria para estudantes deslocados.-----

----- Sabendo todos que mais de 50% da habitação construída na Freguesia afeta lamentavelmente ao alojamento local, não estava a entender o alcance da parte deliberativa.-----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que era não só por proximidade e conhecimento do território, também havia uma universidade na Freguesia, o ISPA mesmo ali em baixo. Era tentar perceber quais as necessidades de alojamento na Freguesia, quanto era o alojamento estudantil na Freguesia, público e privado. Público não conhecia nenhum, podia estar enganado, mas não tinha conhecimento de nenhum.-

----- Saber se havia alunos deslocados ali, quantos eram, perceber a situação da Freguesia em relação aos estudantes deslocados.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu que essa recomendação pudesse ser votada ponto por ponto. Não iria votar favoravelmente o ponto 1, porque interpretava que isso não era uma responsabilidade que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior pudesse alocar. As necessidades do dia a dia tentavam suprir outro déficit e não tinham essa capacidade, pelo menos do seu conhecimento.-----

----- Submeteu à votação o **ponto 1 da Recomendação “Pelo reforço do apoio aos estudantes deslocados de Lisboa e ao alojamento estudantil”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 10 votos contra (PS, PSD e IND) e 3 votos a favor (PCP, PEV e BE)-----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Recomendação “Pelo reforço do apoio aos estudantes deslocados de Lisboa e ao alojamento estudantil”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP, PEV e BE) e 2 abstenções (PSD e IND)-----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que tinha enviado um requerimento por e-mail e não tinha consigo cópias porque achara que iam ter acesso ao requerimento digitalmente.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o requerimento estava entregue e seria encaminhado para o Executivo, que se necessário iria partilhar o próprio requerimento com o Executivo Municipal, porque presumia haver matérias que não eram da exclusiva competência da Junta de Freguesia enquanto entidade.-----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que esse assunto lhes era muito sensível e agradecia a preocupação da Eleita dos “Novos Tempos”. Realmente era uma obra em que se tinha visto uma evolução lenta, não sabia se mais ou menos arqueologia era justificação. O que não era justificação seria o atraso e o prejuízo para os comerciantes da Baixa.-----

----- A Rua da Prata era uma das artérias mais importantes. O Senhor Presidente da Junta e o Executivo manifestaram as preocupações logo de início com o estado de conservação da via. Tarde e a más horas a Câmara Municipal iniciou os trabalhos, grande parte do tempo tinha presenciado pessoalmente porque passava todos os dias. Os trabalhos estavam parados, começaram há semanas a andar, a Câmara Municipal estagnou.-----

----- Ao contrário das outras obras, inclusive as obras privadas tinham uma placa a dizer quanto tempo demoravam, mas presenciara que essa obra não tinha qualquer tipo de informação.-----

----- Aproveitava o requerimento do PSD e dos “Novos Tempos” para fazer uma proposta aos comerciantes semelhante à que fizeram para o Plano de Drenagem de Lisboa, assumindo a Câmara os seus erros e as suas falhas no acompanhamento dessa obra.-----

----- Lembrava-se de ter visto a Senhora Vereadora Roseta a propor medidas compensatórias diretas aos comerciantes junto à estação de Santa Apolónia e aproveitava para lançar o desafio aos “Novos Tempos” e à CML que o fizesse, porque essa obra particularmente a si custava-lhe. Tinha destruído a Baixa lisboeta, o comércio e a atividade, tinha contribuído para a insegurança na zona porque na obra várias vezes era alterada a passagem dos peões, várias vezes andava para trás e para a frente.-----

----- Parecia que umas semanas atrás a obra começou a andar, mas a verdade era que esteve parada durante meses, se calhar mais de um ano. Era um prejuízo enorme para os comerciantes da Baixa de Lisboa e a Câmara devia assumir o erro e não ir ali pedir contas à Junta de Freguesia e entregar medidas compensatórias para os comerciantes e até os residentes.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que iriam responder por escrito às perguntas em questão. No entanto, tinham reunido com a denominada Associação de Comerciantes da Baixa Pombalina e estavam a estudar aquilo que eles pediram, a hipótese de isenção para o ano 2024, uma vez que o ano 2023 era pago por semestre e já estava pago.-----

----- Estavam a estudar isso e tinham uma dúvida, se deviam ou não isentar os hotéis, porque esses estavam completamente cheios todo o ano e teriam que estudar bem essa questão, mas iriam depois responder por escrito. Não se fez um estudo económico ainda das consequências disso, mas iria certamente responder por escrito aos requerimentos.-----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que queria agradecer muito em particular as sugestões e as intervenções feitas. Se as intervenções referentes à higiene urbana e aos problemas do ruído eram questões complexas e que já se iam debatendo ao longo de várias sessões, esperava que mais tarde ou mais cedo pudessem encontrar soluções adequadas.-----



----- Queria deixar um agradecimento muito especial à lufada de ar fresco que foram as sugestões no âmbito da literatura, da poesia, que deixou o freguês José Simbron, sendo uma proposta muito mais fácil de concretizar do que as outras ali referidas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que até indo de encontro às palavras do Professor, sendo esse um espaço de diálogo e de afeto, o requerimento era o que estava em análise. Se fosse para comentar fariam mais tarde. -----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que o requerimento sobre os alojamentos sobrelotados surgia também em complemento à moção sobre a habitação e era uma questão sobre a qual se devia falar mais e sobre a qual se devia intervir mais, porque todos tinham ainda presente o grave acidente que ocorreu no passado dia 4 de fevereiro. Na sequência dessa situação que causou a morte a duas pessoas apresentaram um requerimento na reunião da Assembleia de Freguesia do dia 22 de fevereiro, a questionar o Executivo no sentido de saberem qual o seguimento que estava a ser dado às denúncias feitas pelos fregueses relativamente às frações sobrelotadas na Freguesia.

----- Essa era uma situação grave que colocava em causa a segurança na Freguesia, colocava em causa as condições mínimas de habitabilidade na Freguesia, onde as principais vítimas eram as pessoas que em situação de vulnerabilidade se amontoavam às doze e catorze, dezoito pessoas dentro de uma fração. Essa situação representava também um risco e um constrangimento para os restantes residentes nesses prédios.----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia utilizava a expressão “barril de pólvora” para se referir àquilo que potencialmente poderia acontecer durante os Santos Populares em Alfama. Alertava que essa questão das frações sobrelotadas era um verdadeiro barril de pólvora disseminado por toda a Freguesia. Na verdade, por toda a Cidade de Lisboa, mas a Freguesia em particular tinha um grau de gravidade acrescido. -----

----- Não podiam continuar a ter uma situação em que a Freguesia, grande parte do seu parque habitacional estava consignado ao alojamento local e a outra parte estava consignada a frações sobrelotadas, elas mesmas constituindo também um elemento de inflação no valor das rendas. Era um aspeto importante a considerar e tinham conhecimento de casos concretos de frações T3 que sete ou oito anos atrás eram arrendadas por 750 ou 800 euros e atualmente eram arrendadas a 1500 ou 1600 euros porque estavam lá a viver dezenas de pessoas em regime de cama quente, contínua utilização. -----

----- Essa situação era gravíssima e não viam uma ação concreta por parte de nenhuma das entidades que deveria ter alguma responsabilidade nesse assunto. A Junta nesse caso era o interlocutor, mas não se via uma ação concreta, nem da parte da Câmara nem da parte da ASAE, nem da parte da Polícia Municipal. -----

----- O requerimento visava solicitar novamente um ponto de situação ao Executivo no sentido de saber que respostas estavam a ter, que ações estavam a ser desenvolvidas no que dizia respeito às denúncias que o Executivo referia que tinham enviado para a CML e para a ASAE. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que iriam responder por escrito, mas no que era competência direta da Junta emitiam atestados de residência consoante o que a legislação determinava e que era muito permissiva, porque bastava o testemunho de dois cidadãos ou a declaração sob compromisso de honra do interessado para legalmente serem obrigados a passar atestado de residência. -----

----- Contudo, não havia registos de atestados de residência feitos na Junta, contavam-se pelos dedos de uma mão, com testemunhas. Apesar de tudo criaram-se algumas normas internas, como exigir o contrato de arrendamento da pessoa. Procuravam controlar aquilo que podiam sem violar a Lei. -----

----- As situações suspeitas, canalizavam para todos os canais próprios, uma vez que a Junta não era uma entidade de investigação policial, nem tinha nenhum tipo de poderes sobre essa matéria.-----

----- Era só para tranquilizar a Assembleia, cumpria-se rigorosamente a Lei, faziam uma interpretação restritiva da Lei e não uma interpretação abrangente da Lei sobre essa matéria.-----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que queria só deixar uma questão no ar. Perguntou se não havendo qualquer resposta positiva ou qualquer ação no sentido da resolução gradual desse problema, estaria o Executivo disponível para levar a cabo algum tipo de denúncia pública, algum tipo de manifestação destinada no espaço público a chamar a atenção para esse assunto, como já se chamou relativamente a outros assuntos.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que responderia por escrito e mais não diria sobre essa matéria.-----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que tinha algumas questões da Freguesia que gostaria de colocar. Perguntou se colocava agora ou na altura da informação escrita do Presidente.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que devia ser na informação escrita do Presidente, porque admitia que tivessem acontecido anteriormente e o Senhor Presidente conseguia responder.-----

----- **Ponto 3 – Aprovar as Atas nº 13 e 14;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata número 13**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Eleitos presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata número 14**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Eleitos presentes na respetiva reunião.-----

----- **Ponto 4 – Aprovar a celebração do Protocolo de cooperação em matéria de atividades históricas e culturais entre a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a Azeredo Perdigoão e Associados – Sociedade de Advogados, SPRL (Proposta nº 159/2021-2025);**-----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que não estava claro e gostaria que o Executivo dissesse a quem pertenciam as instalações mencionadas. Também tinha ficado na dúvida, lendo aquilo de trás para a frente e de frente para trás, em que é que a Freguesia podia ficar com isso, porque pelo que apercebera levava a perguntar se não seria mais interessante esse acervo cultural e histórico fosse para o arquivo da Torre do Tombo.-----

----- Foram essa duas as dúvidas que lhe surgiram.-----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que ia louvar e achava uma delícia. Era uma investigadora suspensa porque a política era muito exigente, mas também investigava arquivos e arquivos locais ao lado de casa e sem ter que ir à Torre do Tombo, no lugar original que gerou esse arquivo, era um privilégio, como entrar numa casa-museu. Nesse sentido seria um escritório-museu e isso era muito interessante como projeto. Não conhecia, mas gostava muito de conhecer, ficava muito curiosa e tudo o que fosse inovação arquivista e abordagem de tratamentos de arquivos a Junta devia pedir toda a ajuda científica e aconselhar-se com investigadores especialistas na matéria.-----

----- A Eleita Maria de Lurdes Pinheiro tinha razão, faltavam ali detalhes patrimoniais, mas ainda bem que isso ia à Assembleia de Freguesia porque era para isso que serviam as perguntas, para se esclarecer e poderem todos dar contributos.-----

----- Deu os parabéns pela iniciativa.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Celebração do Protocolo de cooperação em matéria de atividades históricas e culturais entre a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a Azeredo Perdigão e Associados – Sociedade de Advogados, SPRL (Proposta nº 159/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PSD, BE e IND) e 2 abstenções (PCP e PEV)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que a Junta não ia tomar posse do escritório, que era de uma sociedade particular criada em 1919 e foi lá que no fundo nasceu a Fundação Calouste Gulbenkian e o Senhor Azeredo Perdigão foi o primeiro advogado. -----

----- Eles tinham um património histórico enorme e estavam em risco de ser despejados para se instalar lá mais um alojamento local e pediram a interferência da Junta para influenciar a Câmara a ser uma entidade de interesse cultural. -----

----- Desenvolveram-se contactos com a Câmara, aliás o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador da cultura foram consigo visitar o consultório de Azevedo Perdigão, porque lhes disse que aquilo tinha um interesse histórico extraordinário para investigações, para estudantes, para mestrados, doutoramentos, com o compromisso de eles abrirem uma parte do arquivo a estudantes e a todos os interessados.-----

----- A Junta fez um protocolo com eles, que era uma das condições para a Câmara poder apreciar positivamente a sua passagem a interesse cultural. O protocolo não tinha nenhum encargo financeiro para a Junta de Freguesia e era do interesse que não se mandasse embora um dos escritórios porventura mais antigos de advogados, onde nasceu a Fundação Calouste Gulbenkian. Tinha lá documentos riquíssimos. -----

----- Estava convencido que qualquer Membro da Assembleia de Freguesia deveria visitar e consultar esse acervo, mas a votação já estava feita. Não queria fazer perder tempo, mas apenas para esclarecer isso. -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que muito agradecia a iniciativa da Junta. Desconhecia essa sociedade de advogados. Todos sabiam o papel que tinha o direito na Baixa Pombalina, era mais uma forma que a Junta de Freguesia muito astutamente conseguia proteger o património. Era com enorme orgulho que abraçavam essa iniciativa. -----

----- **Ponto 5 – Appreciar a informação escrita do Presidente, nos termos da alínea e) do nº 2 do art. 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que não se ia pronunciar sobre a informação escrita do Senhor Presidente, mas queria colocar questões que faziam parte do rol das atividades. -----

----- Em primeiro lugar, tendo em conta que foram ali apresentadas por moradores as questões do barulho, do ruído e outros problemas na Freguesia, queria chamar a atenção e propor à Junta que promovesse junto da Câmara a segunda reunião com os moradores por causa da obra do túnel de drenagem. -----

----- Tinha estado na reunião anterior e foi prometido uma série de coisas às pessoas, mas o que se via era as pessoas a queixarem-se de estarem as ruas às escuras, do ruído que era cada vez mais. As pessoas queixavam-se que as obras trabalhavam a noite toda ou de madrugada e quem morava ali à volta não conseguia descansar com o barulho das máquinas. Depois, para agravar ainda tinha o barulho à beira-rio, dos cruzeiros, das esplanadas e dessas coisas todas. -----

----- Essa reunião devia-se fazer, até para a Câmara ser questionada daquilo que não estava a fazer nada, da falta de vigilância, a falta de segurança. Havia ali uma série de

problemas derivados à obra, uma obra que iria demorar e nem acreditava que terminasse em 2026, conforme estava previsto, mas era mentira porque isso ia demorar muito mais.

----- Já tinham uma Freguesia a andar para trás até dizer “chega” e esse era um elemento fundamental para aquilo que estava a acontecer à Freguesia, porque à conta dessa obra enorme tinham o condicionamento do trânsito todo aberto, toda a gente entrava dentro do bairro. -----

----- Falavam sobre ser uma pólvora a questão das casas, mas o trânsito dentro do bairro e da forma como estavam a ser os carros estacionados, sem Lei nem roque, com uma confusão do tamanho de um combóio, se um dia houvesse um incêndio e esperava bem que não, mas se houvesse um incêndio o bairro ardia todo porque os bombeiros não entravam dentro do bairro. -----

----- O Largo de Santo Estevão, a Rua do Vigário, todas as ruas de acesso ao bairro estavam cheias de carros e precisavam de pôr travão a isso, não só às questões do barulho, mas as questões da insegurança, as questões dessa obra em que a Câmara tinha que cumprir com aquilo que se comprometia com as pessoas e com a Junta. Tinham a obrigação de fazer essa pressão. -----

----- Queria também fazer mais um reforço na questão do licenciamento das esplanadas. Não sabia se era da responsabilidade da Junta, sempre que aparecia um pedido de licenciamento a Junta licenciava. A Junta também tinha que olhar o espaço público dos bairros e aí referia-se mais ao Bairro de Alfama, porque andava mais tempo no Bairro de Alfama, tinha que olhar o espaço e ver o excesso de esplanadas que existiam. Havia ruas que não tinham hipótese de ter mesas na rua. -----

----- Percebia que os comerciantes precisavam de ganhar um pouco mais de dinheiro, porque tiveram uma pandemia, mas já se passaram uma série de anos e se calhar já recuperaram isso, mas não se podia pôr em causa a segurança das pessoas para um restaurante, uma taberna, um boteco, terem uma mesa ou duas lá fora no passeio onde não cabia uma pessoa, nem um carrinho de crianças, nada. -----

----- Depois tinha outra questão, tinha que se pôr um travão no licenciamento das esplanadas. A Junta podia olhar o terreno e ver onde é que podia haver mais licenciamento e dizer que ali já estava esgotado, porque em tempos houve um pedido à Câmara, que na altura era responsabilidade da Câmara, para que isso fosse cortado. ----

----- A Rua dos Remédios era por demais, parecia a Oura em Albufeira, porta sim e porta não era um boteco, porta sim e porta não fechava um comércio tradicional para abrir mais um boteco. Isso tinha que acabar, a rua não aguentava tanta coisa, as pessoas tinham direito a ter descanso e era importante a intervenção da Junta nesse caso. Quando a Junta não conseguia era fazer reuniões com a Câmara, quem tinha essa responsabilidade, e ali estavam também para discutir com a Câmara e ajudar a resolver essas questões. -----

----- Queria também perguntar à Junta se sabia quando seria inaugurado ou se já estaria inaugurado, ou se estava em funcionamento o elevador que ia abranger a Freguesia na Mouraria, na Rua dos Lagares, para a Graça. Por aquilo que sabia já estava construído e pronto, mas ainda não estava em funcionamento. -----

----- Também o elevador da Sé para a Praça José Saramago, que também estava muitas vezes avariado e parecia continuar avariado. Também saber o que se passava com isso.

----- Tempos atrás solicitaram à Junta que desse, não sabia se tinham porque na altura não esclareceram em relação a isso, se havia mapa de lavagem das ruas, dos becos, das escadinhas e dessas coisas. As pessoas queixavam-se que podia haver uma ou outra lavagem, mas havia becos e escadinhas que não eram lavadas meses inteiros. Não dizia anos porque anos se calhar eram as escadinhas ao pé da sua casa que davam acesso à Duque de Loulé, essa estava anos sem ser lavada, mas no bairro esperava que não

fossem anos também, mas era bastante tempo. Saber se existia um mapa de lavagem e era importante a Junta pôr isso publicamente nos placards da Junta, a dizer quais as lavagens e a periodicidade de lavar.-----

----- Sabia que por poupança de água não estavam a falar tantas vezes, mas uns anos atrás havia um projeto da Câmara, na altura do Santana Lopes apresentado com pompa e circunstância, para utilização das águas de Alfama para as lavagens da rua. Se calhar era bom pegar outra vez nesse projeto, porque havia muita água por baixo que podia ser utilizada pelo menos para as lavagens das ruas e terem mais higiene nos bairros.-----

----- No lixo a Junta não dava vazão, os trabalhadores não davam vazão, era um horror, mas também faziam falta as campanhas de sensibilização junto dos comerciantes, junto dos moradores. Estava-se a regredir em muitas coisas, estava-se a regredir em relação à questão do estacionamento, em relação à segurança, em relação à higiene urbana, em muitas coisas. Também se lembrava da altura em que Alfama estava cheia de lixo, mas também se lembrava das campanhas que houve e as pessoas acataram isso, melhorou-se muito e agora estava-se outra vez para trás.-----

----- Tinha umas fotografias de um morador que enviou um e-mail onde se dizia que na Travessa dos Lagares foi apanhado o lixo, mas noutra travessa um bocadinho por trás não foi apanhado o lixo.-----

----- Tinham que voltar a ensinar às pessoas como se guardava o lixo, que não era às três horas nem às quatro que se devia pôr o lixo na rua. Estavam a regredir em muitas coisas e a Junta não fazia isso sozinha, tinha que fazer com a população, com os eleitos e com toda a gente.-----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que na informação escrita o Senhor Presidente fazia referência no capítulo da segurança a um conjunto de reuniões tidas com o Comandante da 1ª Divisão da PSP, Comandante da Polícia Municipal, reunião com a nova Comandante da 2ª Esquadra da PSP. O que gostaria de saber era se dessas conversas saiu com a perspectiva de ver resolvida a questão da presença quotidiana dos vendedores de louro na Baixa. Já tinham vindo a falar sobre isso, situação que ao longo dos anos continuava a acontecer, curiosamente com uma honrosa exceção, que passava lá todos os dias. Durante o período das Jornadas Mundiais da Juventude, quiçá milagre da época não houve.-----

----- Porventura a solução mais simples seria a que todos conheciam, policiamento de proximidade, que foi o que aconteceu durante esses dias e ninguém vislumbrou os famigerados vendedores de louro na Baixa.-----

----- Gostaria de saber se houve alguma perspectiva de reforço de policiamento na zona da Baixa e uma vez que o Senhor Presidente referia que iria reunir com o Presidente da Câmara para debater temáticas de segurança fazia o pedido para que essa questão mais uma vez fosse colocada em cima da mesa e que de uma vez por todas se encontrasse uma solução. Era algo que se arrastava há tantos anos que já chegava a ser embaraçoso para todos os intervenientes nessa matéria.-----

----- Uma vez que iria reunir brevemente com o Senhor Presidente da Câmara deixava uma sugestão. Percorriam as ruas de Santa Maria Maior e um pouco por toda a Lisboa ia-se verificando isso, mas em Santa Maria Maior em particular, o absoluto decréscimo não só da qualidade do tipo de comércio que iam tendo, mas a absoluta saturação de determinados tipos de oferta de comércio.-----

----- Nada contra a existência de pequenos espaços de restauração, espaços de unhas de gel, espaços de reparação de telemóveis, mas quando se rendiam à inevitabilidade de percorrer as ruas e ver de uma ponta à outra dezenas de espaços a desenvolver o mesmo tipo de negócio alguma coisa ia mal e, portanto, era importante também que esse

assunto de uma vez por todas fosse alvo de algum tipo de análise ou de plano de salvaguarda.-----

----- Não se referia à questão das lojas históricas, essa já era uma pequena gota no oceano, era terem um comércio minimamente diversificado numa cidade que se queria saudável e heterogénea e não era isso que tinham, nem em Lisboa nem em Santa Maria Maior.-----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que comentando a informação escrita do Presidente ocorria-lhe apelar a que se pedisse à CML, nomeadamente ao urbanismo, espaço público e à mobilidade, que pensava estar com o Vice-Presidente, para se fazer um processo participativo com a apresentação da política de mobilidade e espaço público, ou ao contrário, da Câmara, assumir tudo de toda a Freguesia e não só da Baixa. Se calhar havia comerciantes com mais informação do que os moradores.-----

----- Outras apresentações já foram feitas em anos anteriores e estava na hora de se fazer uma nova apresentação, para os moradores terem consciência das alterações que estavam a ser propostas e muitas delas tinham a ver com questões de segurança que foram detetadas, com perigos enormes por exemplo ao nível do subsolo. O peso dos pesados teria que desaparecer dali.-----

----- Era importante fazer essa apresentação num sítio adequado, com meios técnicos adequados para as pessoas poderem participar de forma adequada. Um processo participativo e depois degenerar até em visitas pontuais. Isso foi feito noutras Freguesias com outros projetos que afetavam a mobilidade e a vida dos residentes e os residentes conseguiram que os projetistas da Câmara alterassem os projetos, não foi assim tão difícil e não parou as obras.-----

----- Estava na altura dos moradores terem essas informações, quais os objetivos e o plano, porque por vezes existiam operações casuísticas que não conseguiam identificar para que serviam, revoltavam as pessoas e depois não havia enquadramento.-----

----- Em relação ao PGDL, as reuniões de esclarecimento à população sobre os prazos e o que estava a acontecer, ou até ouvir as queixas e resolver, era bom e achava que a Junta tinha feito isso, de vez em quando fazia-se uma Assembleia só sobre o tema PGDL. Se calhar era interessante manter esse tema ensimesmado para não perder o foco. Claro que as obras demoravam sempre, era péssimo enquanto elas duravam, mas era por uma questão de urgência, de adaptação às alterações climáticas e a adaptação já era num estádio dramático, já não era num cenário de mitigação. Essa obra já foi pensada há trinta anos e era inadiável. Estavam a ter fenómenos extremos cada vez com mais assiduidade.-----

----- O equipamento da Baixa tinha um regulamento próprio aprovado pela Câmara Municipal e se fosse posto em prática o combóio de esplanadas da Rua Augusta estava em situação ilegal. As mesas teriam que ser encostadas às fachadas de cada café, o que retiraria vinte vezes o número de esplanadas da Baixa e isso mudava tudo. De momento tinham uma pressão turística e uma quantidade de gente a passar e já não eram só esplanadas, era o quadro ao lado com o preçário, a ementa, etc., era impossível passar na Rua Augusta e temia que a Rua da Prata estivesse destinada a algo parecido. Esperava bem que não.-----

----- Competia às pessoas que moravam ali alertar as boas intenções de todos os players.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que sabiam, felizmente para todos, que a Eleita Sandra Gadanho trabalhava no Município e tinha funções de responsabilidade. Interpretava as suas últimas palavras como um apelo para que todos unissem e evitar que a Rua da Prata tivesse esse fim. Era prática na Freguesia não olhar a partidos para defender as pessoas.-----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que apreciava o trabalho do Senhor Presidente e gostava de deixar uma ou duas notas muito breves.-----

----- A questão do ruído que ali foi tão bem exposta era importante, as licenças especiais de ruído, concordava com o Senhor Presidente, era algo que tinha de mudar. Era uma fonte de financiamento da CML e os sacrificados eram os fregueses, as pessoas que viviam na Freguesia. Já tiveram oportunidade de contestar algumas licenças especiais de ruído e elas eram inadmissíveis, deviam ser entregues às Juntas de Freguesia e acompanhadas pelos Executivos.-----

----- Essa era uma preocupação, mas não a única. O plano de drenagem era também uma preocupação, as obras estavam a decorrer de uma forma lenta. Parecia, do que foram informados pela Câmara, que existia uma enorme desorganização, mais uma vez o ruído, mais uma vez o dano do espaço público e isso com prejuízo para todos.-----

----- Na zona onde tiveram oportunidade de se manifestar na semana anterior a EMEL simplesmente não desempenhava as suas funções. A ZER foi ignorada, o atual Executivo insistia em ignorar a ZER e a administração da EMEL insistia em ignorar a ZER de Alfama e o que acontecia era que os carros circulavam de forma anárquica, não se cumpriam as regras feitas para prevenir o ambiente, salvaguardar a segurança das pessoas e a situação tinha-se vindo a degradar. Os pilaretes que deviam funcionar e ter as suas restrições mal funcionavam e parecia que a única função da EMEL era multar o cidadão.-----

----- Que soubesse, o cliente da EMEL era o cidadão e especialmente lisboeta, não aqueles que visitavam.-----

----- Tinham uma situação grave e quase romanticamente evocava anteriores Presidentes da Câmara de Lisboa como o Doutor João Soares. Nos anos 90 tiveram uma situação grave de insegurança relacionada com o tráfico e consumo de droga. Pelo que acompanhava a situação tinha-se vindo a degradar e o atual Presidente da Câmara não tinha qualquer opção.-----

----- A droga nos anos 90, Lisboa e Portugal foram um exemplo para a Europa e para o mundo, olharam os consumidores de droga de uma forma diferente. O que acontecia com os novos residentes na Freguesia, as novas comunidades de imigrantes, tinha vindo a constatar e a ser denunciado por alguns residentes, era que um vasto número de cidadãos consumia droga e apareciam em várias artérias da Freguesia novos pontos de droga.-----

----- Deixava esse alerta e que fosse insistido junto do Senhor Comandante da 1ª Divisão e outro da Direção Nacional da PSP, o que fosse, porque por exemplo no Largo do Trigueirinho foi denunciado pela população. Eram novas drogas, sintéticas, muito mais violentas do que as que tinham nos anos 90. As novas comunidades mais frágeis não eram corretamente integradas e esse papel era de todos, mas a Câmara tinha fechado os olhos, acontecia que isso estava a crescer.-----

----- A situação dos tuc-tuc tinha-se vindo a agravar. A situação no miradouro de Santa Luzia era inconcebível e a Polícia Municipal fechava os olhos. Ali em baixo o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa aumentou o parque de estacionamento para dois ou três tuc-tuc e chegavam a ser quinze. Acontecia que era um serviço não qualificado e a Câmara, ou quem de direito, devia qualificar o serviço, devia ser criado um certificado de aptidão profissional. Era anedótica a função dos condutores de tuc-tuc.-----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que na informação do Presidente só via preocupações e não podiam ficar só nas preocupações, tinha que se fazer alguma coisa.-----

----- Sobre a praga dos tuc-tuc, das bicicletas e das trotinetes, que estava muito pior, uns anos atrás quando começaram os tuc-tuc a entrar no bairro as pessoas do bairro na altura,

aí por 2009 ou 2010, insurgiram-se contra esses veículos, davam porrada no Castelo, foi uma situação muito complicada. -----

----- O regulamento dos tuc-tuc foi à Assembleia Municipal para ser aprovado, estava lá e tinha ido assistir a essa Assembleia. Não sabia quais as razões, mas o regulamento foi retirado e até agora nunca mais houve regulamento dos tuc-tuc, mas, entretanto, a Câmara fez posturas a pôr algumas regras, por exemplo o horário de entrada nos bairros históricos, o funcionamento deles, os tuc-tuc passarem a elétricos, etc. A coisa foi melhorando um bocadinho, só que agora estava tudo mal. -----

----- Primeiro tinha que haver regar e aí podiam ir à procura dessas posturas e ver quem tinha, se era a Câmara seria de insistir com a Câmara. Estava nesse dia preparada para ir à reunião de Câmara e já era a terceira vez que lhe cortavam a palavra na reunião de Câmara, não a deixavam falar e ia falar dessas coisas, mas iria lá outra vez. -----

----- Era horrível os sítios por onde andavam os tuc-tuc e havia muita gente que era malcriada, não se podia dizer nada, não se podia dizer para andar um bocadinho mais rápido que recebia logo uma insultadela, isso já tinha acontecido consigo. Depois não havia regra nenhuma. -----

----- Uma das coisas que era de propor à Câmara seria diminuir o licenciamento dos tuc-tuc. Por si acabava com eles e, aliás, estava farta de dizer isso, se mandasse acabava com os tuc-tuc, que para si era transporte do terceiro mundo. -----

----- Havia também a questão das trotinetes e bicicletas, continuavam na mesma porcaria de deixar as trotinetes em qualquer lado. Um dia desses na Baixa se não agarrasse um invisual, já vendo que ele ia tropeçar naquilo, ele ia cair e isso não podia ser assim. A cidade estava degradada, a cidade não estava bonita para os turistas, a cidade estava feia e não podiam deixar que continuasse assim. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que na apreciação da informação escrita foram só elogios, não tinha ouvido nenhuma crítica, até interpretava as preocupações como o maior elogio de que estavam a executar bem uma parte da sua função. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era preciso situar uma questão. O Presidente da Junta não era um xerife, não andava de pistola à cintura a fazer as Leis, a fazer justiça com as próprias mãos e a dizer o que se podia ou não fazer. O Presidente da Junta, como todos, tinha que cumprir a legislação, sob pena até de ser condenado e dos seus atos serem nulos se não cumprisse a legislação. -----

----- Já tinha referido uma coisa terrível que era o licenciamento zero. A Senhora Eleita do PCP talvez por distração, mas sabia muito bem que não havia licenciamento de tuc-tuc, era licenciamento zero. Era preciso acabar com a Lei do licenciamento zero, que era terrível para os centros históricos, não havia licenciamento para bares e botecos, era licenciamento zero. Não podia recusar esplanadas em determinadas condições senão punham a Junta em tribunal, como já aconteceu nalgumas circunstâncias. -----

----- Havia uma Lei muito agressiva para os centros históricos, o licenciamento zero, que era um pouco na cultura anglo-saxónica declarar sob compromisso de honra que cumpria a Lei, pagava, tinha a licença e depois que fiscalizassem. O problema do País era a fiscalização. -----

----- Todos os problemas que tinham e eram graves, apesar de tudo estavam multiplicados na Freguesia da Misericórdia e a sua colega Presidente da Junta da Misericórdia tinha-o acompanhado na denúncia dessas questões, sofria até mais na pele. Aliás, ficava muito ofendida quando lhe dizia que não queria a “bairro altização” da Freguesia de Santa Maria Maior, mas era um processo em curso que só poderia findar no dia em que as entidades competentes tivessem o poder de proibir, coisa que não existia nesse momento. -----



----- Achava muita piada quando se falava do combóio de esplanadas, mas era o licenciamento zero, dizia que havia uma fachada com um estabelecimento e tinha que fazer o licenciamento, se fosse encostado à parede nem precisava de licenciamento e bastava declarar. Tudo isso era mais difícil e menos controlável. -----

----- Todos esses comerciantes e empreendedores, e bem, também tinham advogados e juristas. Não imaginavam o que era o contencioso da Junta nessa matéria, que era enorme. Ganhavam a maior parte das vezes, mas também já perderam. Havia por exemplo um indivíduo que repetidamente não cumpria aquilo que estava licenciado e a Junta multou-o quatro ou cinco vezes, ele fez uma queixa por perseguição da Junta e o tribunal deu-lhe razão, que uma multa chegava. -----

----- Os Senhores Eleitos que representavam partidos políticos com assento na Assembleia da República podiam muito bem instar os seus partidos para acabar com o licenciamento zero. Estaria na primeira linha para os apoiar, mesmo que o seu partido não o fizesse, mas felizmente já começavam a consciencializar-se. -----

----- Havia situações em que tinham apenas de gerir as crises e tentar controlar. Não se pensasse que o Presidente da Junta era um xerife que decidia abrir num lado e não abrir no outro, não podia fazer isso e gostava de poder fazer. Depois havia o princípio da igualdade, se um tinha o outro também queria ter. -----

----- Era importante terem essa realidade para perceber como as coisas se geriam e se podiam evoluir. Claro que a Junta tinha as suas competências próprias e por essas respondia integralmente, para o bem e para o mal, depois a Junta assumia incumbências. Tiveram a incumbência de lutar contra o alojamento local e contra toda aquela invasão, fizeram-se variadíssimas iniciativas, fizeram o “Rosto dos Despejos” que obrigou o Governo e a Assembleia da República do seu partido a olhar para o problema, houve alterações que foram no sentido positivo. Não todas as que queria, mas houve alterações num sentido positivo, mas podia-se ir mais longe. -----

----- Por exemplo identificava nas preocupações a habitação, mas a Junta não tinha responsabilidades em matéria de habitação. Reconhecia que o pacote do Governo ia no bom sentido, mas porventura era irrealista, porventura podia alcançar o mesmo resultado com outras medidas. Não o consultaram para fazer e deviam ter consultado. -

----- Dias atrás tinha estado a almoçar com uma pessoa que mais percebia de habitação no País, o Vasco Franco que foi Vereador da habitação na CML, ele sim o rosto de acabar com as barracas na Cidade de Lisboa, tinha-lhe perguntado se falaram com ele e ninguém falou com ele. -----

----- Era preciso perceber que necessitavam de muito mais habitação pública para colocar no mercado de arrendamento, mas também precisavam de ter o paliativo para as pessoas que estavam a sofrer agora, que eram despejadas agora e não tinham casa. Era por isso que tinham que ir buscar aos fogos devolutos, apoiar as rendas e fazer uma data de coisas, porque também era imoral ter uma quantidade de fogos devolutos sem utilização nenhuma e que estavam ali apenas para mera especulação financeira. -----

----- Claro que tinham aí uma incumbência, mas a Câmara podia fazer o mesmo que fez a anterior por sua influência e insistência. Exigia que se fizesse um programa “Retorno ao Bairro”, concursos nos bairros com o património municipal que estivesse vago para fazer regressar pessoas que foram despejadas durante os dez anos da Lei Cristas. Era uma proposta sua e que tinha insistido com o Presidente Medina, que se torcia todo, e claro que insistia com a atual Câmara e voltaria a insistir, mas não podia fazer o programa, era uma incumbência. -----

----- Havia o problema do ruído e já conversara com o Executivo para lançar uma grande campanha em relação ao problema do ruído, mas havia uma questão base. As licenças especiais de ruído só eram competência da Junta, mas a Câmara também as

exercia. Quando se chamava a Polícia Municipal eles viam uma licença e não faziam mais nada, não eram eles que iam derimir se a licença era legal ou não, se foi a Junta ou a Câmara. Nenhum polícia fazia isso, eles queriam era ver um papel. -----

----- Quando a Junta controlasse isso era um ótimo instrumento de gestão do espaço público e da tranquilidade social das pessoas. Depois havia o problema do barulho selvagem. As pessoas pensavam que a Junta licenciava aqueles músicos ambulantes, mas não licenciavam nada disso, eles iam e punham, na Rua da Prata e na Rua Augusta estava um inferno, reconhecia isso. -----

----- A Câmara criou uma “linha ruído”, não davam resposta nenhuma porque a atual Câmara vivia da propaganda e não vivia de querer resolver os problemas. Não obstante toda a simpatia que tinha pelo Senhor Presidente da Câmara e sabia que ele tinha por si, mas não era essa a questão, o problema era que a Câmara vivia da propaganda e não da resolução dos problemas. -----

----- Por vezes decidir era aborrecido, uns estavam contra e outros estavam a favor, qualquer decisão gerava reação. O melhor seria não decidir nada para ter toda a gente a simpatizar. Eram coisas difíceis que estavam determinados a enfrentar, mas tinham grandes obstáculos. -----

----- Podia garantir que no dia em que fosse a Junta a emitir a regra seria que durante a semana tinha de encerrar até às onze da noite, fim-de-semana e feriado até à meia-noite. Claro que os Santos Populares eram um momento de grande exceção e não podia fazer de outra maneira, era preciso ter um batalhão todo do corpo de intervenção para resolver essas questões. -----

----- Havia outro problema que era o da mobilidade. A Câmara anunciou o encerramento da Rua da Prata e não falou consigo. Concordava, mas não falaram consigo. -----

----- Ao fim e ao cabo a Câmara estava a implementar a conta-gotas medidas da ZER do Fernando Medina tão criticadas, que também tinha criticado porque não aceitava que a Freguesia fosse partida ao meio. Por si a ZER começava em Santa Apolónia, lá dentro só entravam residentes e cargas e descargas, automóveis de serviço, cuidadores informais, etc., mas não tinha poderes nem para mudar um sinal de trânsito, nem para criar um estacionamento. Reivindicava isso para as Juntas, mas não tinha. -----

----- Em relação ao ruído, tudo o que acontecia no Terreiro do Paço, Praça do Município, Rossio, não tinha interferência nenhuma e nem sequer o consultavam, diziam que era uma zona estruturante e decidiam sem sequer o consultar. -----

----- Havia de facto dificuldades que estavam a enfrentar. Apesar de tudo tivera a honra de ser Presidente dessa Junta durante três mandatos, sempre com votações expressivas, não foi por estar de braços cruzados a assistir aos problemas. Um autarca nunca tinha soluções resolvidas, resolvia uma ou outra e havia questões que se reacendiam. De facto, havia um antes e um pós-pandemia, toda a situação de controle do espaço público, de higiene urbana, de ruído, piorou depois da pandemia. Porventura haveria várias explicações, algumas benignas e outras não, mas que tinha um resultado muito pernicioso para quem ali queria viver e ter qualidade de vida. -----

----- Depois havia a questão da segurança. Era a favor da videovigilância, embora reconhecesse que era uma questão polémica. Todos lhe diziam que não tinham efetivos suficientes para resolver os problemas que lhes colocava e por exemplo a situação na Mouraria estava-se a degradar aceleradamente. Havia novos tipos de droga, novos traficantes, novos consumidores, infelizmente uma população asiática que não se metia nessas coisas e agora estava-se a meter. Havia mais assaltos e muita violência, como noutros lados, mas ali estava a acentuar-se degradadamente. -----

----- Tinha-se mexido muito em relação a isso, mas não andava de cassetete, nem tinha gente para isso de cassetete a pôr na ordem as pessoas e a resolver aquilo. Como também o País tinha que encarar seriamente a questão dos cidadãos que dormiam na rua. Não era legítimo que qualquer um pudesse colocar uma tenda em qualquer sítio e ficar a dormir, mas tinha que haver uma alternativa para eles. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião, eram vinte e uma horas. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -  
-----O PRESIDENTE-----